



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## DESENVOLVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

**Bruna Marinho Sampaio** (Universidade Federal de Minas Gerais ) - [brunamarinhosampaio@gmail.com](mailto:brunamarinhosampaio@gmail.com)  
*Bacharel em Arquitetura e Urbanismo e especialista em Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço pela Pontifícia Universidade Federal de Minas Gerais, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Ge*

## DESENVOLVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

aspectos sociais e potencialidades do espaço

*“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.  
— Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? — pergunta Kublai Khan.  
— A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra — responde  
Marco —, mas pela curva do arco que estas formam.  
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:  
— Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.  
Polo responde:  
— Sem pedras o arco não existe.”*

*Italo Calvino<sup>1</sup>*

### INTRODUÇÃO

O adjetivo *revolucionário*<sup>2</sup>, referente ou próprio de revolução, se caracteriza pela inovação, pela originalidade, pela possibilidade de renovar os padrões estabelecidos, podendo ser considerado como algo ousado. Para muitos, o simples ato de imaginar uma realidade na qual o sistema econômico, associado de toda subjetividade, seja outro que não o capitalista, pode ser interpretado como uma ousadia. No entanto, é importante atentar ao fato de que este sistema, principalmente da forma como se apresenta contemporaneamente, não consiste no único possível, nem sequer consiste no único já experimentado.

O capitalismo é, tão somente, um sistema ideológico e econômico, baseado na propriedade privada, da terra ou dos meios de produção, que explora o que pode, inclusive os seres humanos, com finalidade única de promover a geração de lucro e sua consequente acumulação por parte dos grandes proprietários. Este sistema perpetua-se ao se adequar e se reinventar frente às mudanças com as quais se depara, sendo essas geradoras de grandes crises e para as quais busca-se, também permanentemente, superação. Ainda que em constante metamorfose, estruturas sociais desiguais são mantidas ao longo do tempo, desde sua criação, uma vez que são ao sistema inerentes. Desta forma, tudo o que sucede as lógicas deste sistema, inclusive a desigualdade, perpetuada e agravada no tempo, é normalizado e, assim, interpretado como imutável e insuperável.

Ao ser interpretado e apreendido desta forma, inquestionável e passiva pela maioria de nós, o sistema capitalista, no percurso de seu desenvolvimento, em sua lógica exploratória e acumulativa, promove diferentes e indissociáveis impactos sobre a humanidade, especialmente ao estabelecer, ideologicamente, aquilo que acreditamos, veementemente, precisar. Mesmo quando essenciais à nossa sobrevivência e subsistência, a mercantilização de

---

<sup>1</sup> Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis* (São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003 [1972]), p. 81)

<sup>2</sup> Definição subsidiada por meio de consulta ao dicionário Oxford Languages and Google. Disponível em < <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> > Acesso em: 08 set 2021

tudo e de todas as coisas, faz com que seja praticamente impossível qualquer insubmissão a este.

Fato é, no entanto, que a fatalidade do sistema é, para além de uma falácia, uma impossibilidade enquanto permanência, sobretudo ao se considerar a preservação da vida, dada a insustentabilidade de sua lógica exploratória. Neste contexto, o espaço, sobretudo o urbano, enquanto representação máxima da sociedade, apresenta-se como de enorme potencialidade para promoção de emancipação de ambos. Com objetivo de apresentar as relações que tornam possível a indicação das atribuições sociais e a potencialidade revolucionária do espaço, segue breve caracterização do espaço e sociedade urbanos, dados como intrínsecos, e uma contextualização acerca da importância em se promover um desenvolvimento efetivamente sustentável, sobretudo no que tange ao espaço urbano, visto que este é aqui colocado como protagonista de uma revolução que se apresenta, iminentemente, necessária.

## ESPAÇO E SOCIEDADE URBANOS

Lefebvre (1999) destaca, em *A Revolução Urbana*, que

crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes (LEFEBVRE, 1999; p. 17),

podendo estas consequências serem entendidas como resultantes do processo, ainda em curso, de *urbanização completa da sociedade* (LEFEBVRE, 1999). A sociedade urbana, definida por Lefebvre “como a sociedade que resulta da urbanização completa” (1999, p. 15) é aquela que nasce da industrialização e a sucede. Lefebvre (1999) aponta ainda, ao anunciar tal sociedade, que essa nasce e se desenvolve relacionada a um processo e a uma práxis. Desse modo, considerando a globalização do capital industrial, tem-se que a problemática urbana, ainda de acordo com o autor, também se impõe à escala mundial, tornando-se, portanto, uma tendência global e expandido a todo este as consequências do processo, mas não, necessariamente, suas benesses.

Inicialmente, quando do advento da Revolução Industrial, tem-se o delineamento de “campos”, a saber: o rural, o industrial e o urbano; entre os quais existem *campos cegos* (LEFEBVRE, 1999), compreendidos como redutores da realidade em formação, o urbano propriamente dito, uma vez que esta realidade

antes de nascer e se afirmar, se vê reduzida, de um lado pelo *rural* e, de outro, pelo *cotidiano* industrial, *cotidianamente* submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. Trata-se de uma redução, ao mesmo tempo social e mental, de um lado, à trivialidade e, de outro, à especialidade. Em poucas palavras: **o urbano reduz-se ao industrial**. (LEFEBVRE, 1999; p. 38)

A extensão do tecido urbano, entendido inicialmente como “o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999; p. 17), tendia a poupar, tão somente, áreas identificadas como dispensáveis, sobretudo do ponto de vista econômico, devotando-as à “natureza”. (LEFEBVRE, 1999). Neste aspecto, para além da distinção entre a cidade e o

campo, principalmente enquanto lugares nos e pelos quais o capitalismo se desenvolve, faz-se indiscutível a relevância do que é classificado como natureza, especialmente enquanto espaço remanescente entre os dois primeiros.

No entanto, o desenvolvimento e conseqüente descoberta de novas tecnologias, passaram a requerer também a utilização de outros recursos naturais, anteriormente desconhecidos ou negligenciados. A partir de então, pode-se considerar áreas anteriormente renegadas, ainda do ponto de vista estritamente econômico, como passíveis de exploração. Tais áreas, associadas à “natureza”, passaram então a ser envolvidas na lógica exploratória desenvolvimentista, que visa o avanço e reprodução da lógica intrínseca ao sistema produtivo e econômico capitalista. Estando o processo de urbanização completa da sociedade ainda em curso, tem-se a intensificação desta exploração a cada momento, uma vez que

no tecido urbano extensivo, as questões se prendem à forma e processos de transformação do espaço natural e transformado em espaço construído. Assumindo uma abordagem crítica aos padrões hegemônicos que marcaram períodos passados, a análise passa a se centrar nas diversas e múltiplas formas possíveis de produção e extensão do tecido urbano e seus impactos sobre o meio ambiente e condições de reprodução e conservação do espaço natural. (MONTE-MÓR, 1994; p. 259)

A sociedade urbana pós-industrial, a qual se encontra no curso da urbanização completa, enfrenta uma crise, sobretudo ao considerar esta não ter ocorrido, necessariamente, quando da industrialização (LEFEBVRE, 1999), podendo esta ser caracterizada como, predominantemente, socioambiental.

Muito da constatação acerca da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento que se experimenta desde a revolução industrial, sobretudo a partir da globalização, que consiste na associação econômico-capitalista-industrial, pode ser atribuído à constante e cada vez mais acentuada exploração de recursos naturais, inclusive os considerados finitos. A sociedade urbana, enquanto produto da urbanização completa, não pode ser limitada àquela que ocupa os centros urbanos, uma vez que as relações sociais correspondentes a este ambiente, em específico, não se contém dentro de limites constituídos legalmente, transcendendo tais barreiras imaginárias e permeando áreas que não são, necessariamente, assim caracterizadas. Entretanto, dada a ruptura que o espaço urbano categoricamente representa frente às demais lógicas de ocupação do espaço, tem-se, neste concentrado, a manifestação clara da crise socioambiental emergente. Reitera-se ainda que, mesmo quando tal crise se apresenta, a princípio, de forma dissociada do contexto estritamente urbano, pode-se inferir uma relação, muitas vezes direta, entre esta e as demandas geradas a partir e pela sociedade a esta equivalente. Alega-se tal inferência dado que muito do que e como se produz é em resposta a demandas, justificáveis ou não, originadas deste contexto.

Não se pode atribuir aos indivíduos, ainda que considerados coletivamente, a responsabilidade pelos danos ambientais e suas conseqüências, não apenas por estes estarem relacionados a uma escala temporal que excede a expectativa de vida média da população, mas também pelo fato de não serem apresentadas alternativas, sobretudo pelos detentores de poder, quer econômico ou político, e pela motivação explícita de se promover

acumulação financeira por uma parcela ínfima da sociedade. Desmistifica-se, assim, a possibilidade de um desenvolvimento que seja baseado em um consumo consciente ou sustentável, principalmente porque a grande maioria da sociedade não se encontra em condições de fazer escolhas. A ausência de autonomia resulta não apenas de uma alienação generalizada, mas também por que a premissa para escolhas é elaborada, única e exclusivamente, em função de um orçamento, individual ou familiar, que se origina, para um contingente populacional significativo, de um salário obtido no desempenho de trabalhos cada vez mais precarizados. Laschefski (2019) aponta que “a estrutura espacial é intrinsecamente vinculada com o consumo individual das pessoas” (p.492), uma vez que a mudança dos hábitos relacionados a este aspecto é inviabilizada “devido à estrutura socioespacial dispersa em que organiza o seu cotidiano” (p.492).

Experiências sociais e econômicas outras, independentemente do respectivo caráter, no intento de não se limitarem à lógica que sobrepe o valor de troca ao valor de uso, são, muitas vezes, consideradas subversivas e, por que não, revolucionárias. A simples observação destas, ao ponto em que estas se apresentam, sobretudo espacialmente, de maneira concomitante ao produzido em função da ampla atuação do sistema capitalista, apresenta-se como oportunidade para o vislumbre de sociabilidades e economias também outras.

A iminência e relevância para intento de um desenvolvimento, tanto urbano-ambiental quanto, conseqüentemente, social alternativo, evidencia-se mediante constatação de que

com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta [a cidade], por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. [...] Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirólogo dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2013 [1867], I.607)

Na impossibilidade de dizer que a situação elucidada por Marx, ainda em 1867, permanece a mesma, cabe mencionar que essa fora, a bem da verdade, agravada, não exclusivamente em função do aumento populacional, mas também e especialmente devido ao padrão de consumo demasiado de uma parcela específica.

Imprescindível considerar, dada a conjuntura de desestabilização entre o metabolismo social e o natural e a consequente alienação humana, a urgência em se pensar uma práxis que confira na desaceleração do cotidiano de forma propícia à constituição de uma sustentabilidade urbana. O discurso a esta correspondente consiste em três correntes, sendo que a primeira indica a ideia de metabolismo urbano enquanto direcionador a um

equilíbrio a ser obtido por processos de “reestruturação ecourbana” através da ação à gestão dos ecossistemas e à produção dos “fundamentos racionais da organização do território” pelo ajustamento apropriado dos fluxos e estoques de matéria e energia. (LASCHEFSKI, 2019, p. 493)

A segunda, de caráter discursivo, “refere-se à qualidade de vida, frequentemente mesclada com o discurso do metabolismo urbano, que vai além das materialidades” (LASCHEFSKI, 2019, p. 494), enquanto a terceira e última “refere-se à materialidade das cidades política e socialmente construídas” (LASCHEFSKI, 2019, p. 494).

## **DESENVOLVIMENTO (URBANO) SUSTENTÁVEL**

O desenvolvimento da sociedade, considerando sua totalidade e de acordo com Barbier (1987), compreende, ou ao menos deveria, transformações de ordem política, econômica, social e cultural. Barbier (1987) apresenta ainda uma lógica baseada em um desenvolvimento que prioriza, específica e estritamente, a econômica em detrimento das demais ordens. Desconsiderando-se, então, que a economia é apenas uma parte do desenvolvimento total, submetendo-a a uma análise independente, com dimensão quantitativa associada à acumulação ou, quando estendida a todos, ao crescimento *per capita*, que não garante, obrigatoriamente, uma distribuição equiparada da renda e do que está a ela associada. A dimensão qualitativa, por sua vez e sob o viés simplesmente econômico, é mensurada em função dos avanços tecnológicos ou de outras inovações, no sentido mais amplo e indefinido.

Alternativamente ao modelo de desenvolvimento econômico e incorporando aspecto relacionado ao desenvolvimento sustentável, oriundo de período entre as décadas de 1960 e 1970 e equivalente à busca pela garantia da satisfação das necessidades humanas básicas para toda a população mundial (BARBIER, 1987), tem-se a possibilidade de análise sob uma perspectiva de desenvolvimento econômico sustentável. Este modelo, diferentemente do anterior, mas também apresentado por Barbier (1987), é indistinguível do desenvolvimento total da sociedade, incluindo, portanto, para além do econômico, as ordens política, social e cultural. Sua observação, única e exclusiva, torna-se inviável pois a sustentabilidade, nestes termos, pressupõe a interação das mudanças econômicas com transformações sociais, culturais e, principalmente, ecológicas. A dimensão quantitativa encontra-se associada ao aumento e/ou manutenção dos meios materiais à disposição de todos, com fins de proporcionar um adequado bem-estar físico e social, além de segurança contra a pobreza. A garantia dos potenciais ecológico, social e cultural de longo prazo, inicialmente para sustentação da atividade econômica, corresponde à dimensão qualitativa deste modelo. Sabe-se, porém, que já não é possível proporcionar a sustentação das atividades econômicas, da forma como estas se

dão frente à natureza, sobretudo em função das constatações recém apreendidas acerca das inevitáveis mudanças climáticas resultantes da ação humana, ao molde industrial-capitalista, sobre o planeta terra.

Os modelos de desenvolvimento econômico e econômico sustentável se diferenciam ainda e em consequência dos aspectos anteriormente abordados, no que alude à aferição de seu desenvolvimento, visto enquanto processo, sendo o primeiro, estritamente econômico, facilmente mensurável, e o segundo, econômico sustentável, impossível de se medir integralmente (BARBIER, 1987). Essa impossibilidade, conferida ao último, resulta da integração mútua e inseparável entre as ordens política, social, cultural e econômica, as quais ainda se reforçam mutuamente e não podem, assim, ser capturadas e submetidas a um conceito de medição direto e preciso, como um índice econômico qualquer.

A lógica dos processos de transformação do espaço, os quais consistem na realidade urbana e são dominados e orientados pelo processo de industrialização, “encontra-se oculta, substituída por representações (ideológicas e institucionais) que tem o nome de *urbanismo*.” (LEFEBVRE, 1999; p. 48), sendo este o gerador de um “pseudoconceito do urbano, (...) isto é, aplicação da racionalidade industrial e evacuação da racionalidade urbana.” (LEFEBVRE, 1999; p. 48). No entanto,

ao nascer de um questionamento geral ao projeto, a análise ambiental em suas diversas vertentes questiona também, necessariamente, o modelo de organização territorial associado àquele projeto, expresso nas diferentes formas assumidas pela urbanização contemporânea. (COSTA, 1999; p. 58)

tem-se a tentativa de utilização da expressão *meio ambiente urbano*

na busca de sintetizar dimensões físicas (naturais e construídas) do espaço urbano com dimensões de ambiência, de possibilidades de convivência e de conflito, associadas às práticas da vida urbana e à busca de melhores condições de vida, seja para a cidadania, seja na busca de qualidade da vida urbana. Trata-se da procura da justiça socioambiental em si, bem como da criação e/ou manutenção das condições materiais/ambientais que deem suporte e expressem tal justiça. (COSTA, 1999; p. 56)

Mediante este cenário, torna-se imprescindível a discussão acerca de um eventual *desenvolvimento urbano sustentável*, cabendo ressaltar a constatação de que “não há desenvolvimento que não seja sustentável” (COSTA, 1999; p. 62), execrando “a opção de crescimento econômico a qualquer custo, principalmente aos elevados custos socioambientais, que vêm caracterizando, há séculos, grande parte da expansão capitalista” (COSTA, 1999; p. 62). Deve-se, portanto, apreender que a “noção de *sustentabilidade ambiental* corresponde a uma dimensão a ser incorporada à própria noção de desenvolvimento e não a um conceito fundamentalmente diferente do anterior.” (COSTA, 1999; p. 62), conferindo na verificação de que

à urbanização extensiva é necessário corresponder uma naturalização extensiva, tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida quotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal. (MONTE-MÓR, 1994; p. 260)

## **ATRIBUIÇÕES SOCIAIS E POTENCIALIDADE REVOLUCIONÁRIA DO ESPAÇO**

O espaço, correspondente, neste caso, a todo o território imprescindível ao desenvolvimento das atividades inerentes à produção e reprodução de mercadorias, incluindo a força de trabalho, quer classificado como rural ou urbano, é central para a perpetuação do sistema econômico capitalista e pode, assim, ser o protagonista do movimento em busca de sua superação.

A análise espacial marxista, intensificada a partir de 1960 com uma das crises do capitalismo, obteve contribuições do intelectual italiano Antonio Gramsci. Soja (1993) ressalta que

em sua ênfase no “conjunto de relações” que compõem uma determinada formação social, Gramsci concretizou o modo de produção no tempo e no espaço, na história e na geografia, numa estrutura conjuntural específica que se converteu no contexto necessário da estratégia revolucionária. (p. 113)

Ainda de acordo com Soja (1993, p. 113), “a estratégia revolucionária situa-se, para Gramsci, em três áreas interligadas, todas vinculadas, de um modo ou de outro, com a espacialidade da vida social no capitalismo”, sendo estas estratégias correspondentes 1) à análise das estruturas políticas e ideológicas da formação social; 2) ao papel da exploração da classe trabalhadora em seu lugar de residência, o local de consumo e reprodução em contraponto ao local de produção e ao local de trabalho; e 3) na junção das anteriores na conceituação gramsciana do bloco revolucionário histórico. Tendo assim, a consciência revolucionária se enraizada na “fenomenologia da vida cotidiana” (SOJA, 1993). A continuidade desta abordagem acerca da análise espacial se dá a partir dos estudos do filósofo Henri Lefebvre, o qual espacializa dada conjuntura e assim “insere uma problemática espacial no centro da consciência e da luta revolucionária” (SOJA, 1993, p. 114). A observação do espaço enquanto expressão da sociedade, e não seu reflexo (CASTELLS, 2005), e as formas e processos espaciais constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social, indicam a relação identificada por Gramsci e posteriormente elaborada por Lefebvre.

Sendo a natureza do espaço revelada no curso do processo de transformação social enquanto “espaço político, lugar e objeto das estratégias” (LEFEBVRE, 1999; p. 50) e “uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo” (LEFEBVRE, 1999; p. 50), tem-se neste “a materialização espacial das relações sociais, além de elemento transformador dessas mesmas relações.” (COSTA, 2019; p. 56). A partir desta condição e da constatação de que “a questão e a consciência ambiental e ecológica vêm trazer transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade contemporânea” (MONTE-MÓR, 1994; p. 256), percebe-se a potencialidade de emergência na formação de outras formas de cidadania e, conseqüentemente, de alternativas à produção do espaço tal qual experimentamos e reproduzimos desde a industrialização, sobretudo dada à inviabilidade de que esta seja capaz de garantir a preservação e manutenibilidade da vida, de todas as formas por meio da qual essa se apresenta e também em tempos vindouros.

Sendo o espaço indispensável ao sistema e por este vastamente explorado, apresentam-se as mais variadas soluções para a promoção de novos espaços, uma vez que este, enquanto território material, não pode ser reproduzido naturalmente. Muitas das propostas, apresentadas sem que se promova a substituição do sistema e de sua lógica exploratória, apresentam-se, na verdade, contraditórias em si mesmas, uma vez que pressupõem a exploração, possivelmente ampliada, de recursos naturais para que se efetivem, podendo ser consideradas como utópicas (LASCHEFSKI, 2019). Apresenta-se, no entanto, a importância das utopias, sob a ótica marxista, ao

materialismo histórico, pois, como filosofia da práxis, o marxismo oferece o caminho material para que se faça a ponte entre a utopia e o lugar concreto. Utopias alimentam teorias que, por sua vez, alimentam práticas que devem resultar na realização (e assim *suprassunção*) da utopia. (FERNANDES, 2019, p.51)

Na ponte entre a utopia e o lugar concreto, a sociedade, enquanto coletivo de seres humanos, e o espaço, principalmente urbano, apresentam-se, respectivamente, como o conjunto de pedras e o arco na descrição de Marco Polo sobre uma ponte das cidades invisíveis ao Kublai Khan, inseparáveis e mutuamente necessárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Radicalizar-se frente à normalização do sistema capitalista e de suas consequências, cada vez mais alarmantes, sobretudo coletivamente, pode corresponder a um desenvolvimento revolucionário, uma vez que este superaria a lógica vigente, diferentemente do que se propõe a partir do intento de se transformar o modelo capitalista, tornando-o “sustentável” enquanto mantém-se sua estrutura exploratória, tanto do homem, considerado força de trabalho, e da natureza. Imprescindível então questionar o ideário de progresso, do que se entende por desenvolvimento, ponderando, para além do significado em si, o projeto de sociedade e, conseqüentemente, de espaço apreendido como objeto a ser alcançado. Atentando ao fato de pertencermos a uma sociedade permeada e consistente da modernidade e do colonialismo a esta inerentes, o que faz com que muitos dos conceitos assimilados como sempre existentes tenham gênese atrelada ao eurocentrismo.

Impossível não ressaltar que escolhas individuais não se configuram como movimentos de resistência política ou pleito para a construção de alternativas, uma vez que não se pode, ainda que se tente, viver em condição paralela à sociedade, qualquer que seja. E tem-se, além disso, a realidade de que habitamos todos – independentemente da nacionalidade, atividade laboral, classe social, crença ou religião, raça, identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outra categoria criada e utilizada socialmente para nos diferenciar – o mesmo planeta e que não, ao menos não ainda, a possibilidade de migração e exploração de outro. Neste contexto, reitera-se a inevitável constatação de que qualquer desígnio, quando realizado por todos ou uma maioria, repercutirá em efeitos e possíveis impactos, quer benéficos ou negativos, no conjunto dos seres humanos e não-humanos e do ecossistema como um todo, do qual a humanidade é apenas parte, ao mesmo tempo em que, definitivamente, não é a mais importante e indispensável delas.

**REFERÊNCIAS**

BARBIER, Edward. The concept of sustainable economic development. *Environmental conservation*, 14(2): summer, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

COSTA, Geraldo Magela. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? In: LIMONAD, E. (org.) *etc espaço, tempo e crítica...* Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 148 – 167, 2019.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. 1999. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55 - 71.

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

LASCHEFSKI, K. 2019. Clima e equidade ambiental: utopias tecnológicas insustentáveis e a negligência do metabolismo urbano. In: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. L. C.; PHILIPPI JR, A. (orgs.). *Ética socioambiental*. Barueri: Manole. p. 463-500.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARX, Karl. *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013. E-book.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.